



Do ponto de vista teológico, a recepção é um processo de comunhão, que implica etapas, um lugar e atores concretos e, acima de tudo, a acolhida de um evento pneumático. A recepção das decisões de um concílio faz uma Igreja local comungar, no espaço, com outras Igrejas locais espalhadas pela face da terra e, no tempo, com a fé confessada pelas Igrejas desde os apóstolos. Ainda que um ensinamento conciliar não possa estabelecer-se independentemente e fora da comunhão da fé confessada pelos fiéis, a validade de um ensinamento magisterial não vem da aprovação dos fiéis, mas da conformidade do enunciado com a fé apostólica. A infalibilidade do concílio está ligada à infalibilidade de toda a Igreja. Com a *Dei Verbum* poderíamos dizer que existe uma relação circular ou de inclusão mútua entre o concílio e a Igreja, uma vez que ambos estão submetidos à Palavra soberana de Deus, de tal forma que os pastores não transmitem outra coisa senão aquilo que receberam (cf. DV 10, par. 2).

Do ponto de vista operacional, a recepção é antes de tudo um processo de intercâmbio e de comunicação, pois ela engaja atores concretos em torno a um bem a ser recebido. Não é um processo unilateral, de mão-única, de mero assentimento intelectual de um conjunto de verdades. Antes, trata-se da assimilação metabólica ou da inculturação de um ensinamento num lugar determinado, operada pelos atores de uma Igreja local, inserida no seio da sociedade. Ela se insere, desde a Igreja, no conjunto do campo social.

Endereço do Autor:

ITESC – Cx.p. 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS,SC
email: agenorbr@terra.com.br



A celebração dos 40 anos do Concílio Vaticano II é oportunidade para retomar suas grandes propostas, tal como foram elaboradas e argumentadas pela maioria conciliar, que quis promover uma virada no modo de se entender a Igreja e de ela se relacionar com o mundo. Enquanto o Vaticano II, sobretudo na Lumen Gentium, propunha o retorno às fontes bíblicas e patrísticas da fé cristã, percebe-se que hoje é preciso voltar ao Vaticano II, para interpretá-lo conforme o desejo de seus protagonistas.

O presente artigo se propõe analisar a Lumen Gentium como o documento central do Concílio, em que se fazem presentes as grandes propostas de mudança histórica na imagem da Igreja e na sua relação com a modernidade. Após contextualizar o Concílio como estuário de um grande movimento histórico de reforma que sobreviveu no subterrâneo da história eclesial no decorrer dos últimos 1500 anos, faz-se uma análise de sua recepção. Põe-se em pauta os dois modos diversos de interpretação do Concílio: aquele que é fiel aos anseios de mudança propostos pela maioria conciliar, recepção que vigorou nas décadas de 60 e 70 e que ainda está presente e atuante em nossas comunidades, e aquele que hoje é proposto hoje, como encadeamento do Concílio à eclesiologia institucional de Trento e do Vaticano II.

Por fim, resgata-se a imagem da Igreja como povo de Deus, articulando-a com a consciência da inserção da Igreja no mistério da Trindade e com a prática eclesial da encarnação do Evangelho na história. A imagem de povo de Deus mostra-se assim como a mais adequada, seja nos tempos do Concílio, seja no nosso tempo, como aquela que mais condiz com o mistério de nossa fé e com os desafios atuais da evangelização.

Lumen Gentium: retorno às fontes

*Pe. Vitor Galdino Feller**

O autor, Doutor em Teologia, é Professor no ITESC e Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Florianópolis.



INTRODUÇÃO

Quarenta anos representam muito pouco diante dos 2000 anos da história da Igreja. Seria exigir demais que, nestes poucos 40 anos após o Concílio Vaticano II, a Igreja consiga se despojar da roupagem clerical e piramidal com que se revestiu nos últimos 1500 anos. Todavia, 40 anos significam aproximadamente a metade da existência de um fiel.

Se, por um lado, deve-se cultivar a paciência histórica que vai pavimentando decidida e firmemente a estrada rumo a um novo modo de ser Igreja, de outro lado, não se pode perder tempo. É agora o tempo que temos, o tempo que nos cabe e nos resta, para fazermos acontecer, em nosso favor e para o bem das novas gerações, a mudança histórica querida e promovida pelo Concílio Vaticano II.

A ação se torna anda mais premente quando se considera que estes 40 anos são divididos em duas etapas, que revelam dois modos, bastante diversos, por vezes até opostos, de interpretação e recepção do Concílio.

A primeira recepção, que é seguida entre nós, em grande parte de nossas dioceses e comunidades, teve seu auge nos primeiros vinte anos pós-conciliares, de 1965 a 1985. Foi comandada pela maioria conciliar, pelos bispos e teólogos que debateram os grandes temas do Concílio, que redigiram seus textos, que introduziram assuntos e palavras de corte renovador, que trabalharam para que o Concílio realizasse o sonho do papa João XXIII: um evento significativo e modificativo da história da Igreja. A Igreja é vista a partir de sua relação com o mundo, em ótica profundamente renovadora e modificadora, rompendo com o jeito de ser do segundo milênio, para reaproximar-se decididamente ao modo de ser do primeiro milênio, sobretudo dos tempos apostólicos. Tema-chave dessa interpretação é a imagem da Igreja como povo de Deus, imagem que, na América Latina, se configurou como Igreja dos pobres.

A segunda recepção, que passou a ter força com o Sínodo Extraordinário sobre o Vaticano II, de 1985, tem à sua frente o cardeal Joseph Ratzinger, que representa a minoria conciliar, grupo que, no decorrer do Concílio, trabalhava para impedir que passassem idéias e textos que pudessem configurar uma real mudança histórica. A Igreja é vista a partir de sua continuidade com a eclesiologia do segundo milênio, do Concílio de Trento e do Concílio Vaticano I, em que a dimensão institucional se faz bastante presente. Tema-chave dessa recepção é a imagem da Igreja como comunhão. Esquece-se a temática do povo de Deus, que não aparece mais nos documentos da Igreja posteriores a essa data. Fala-se da Igreja como comunhão, mas tirando-lhe sua contextualização histórica e desfigurando-a de sua concretude popular.

Desde 1985, a história da recepção do Concílio conta, pois, com estas duas modalidades de interpretação. Como se sabe, cada uma delas tem forte



incidência sobre a vida da Igreja, sobre a ação evangelizadora, a organização da pastoral, a celebração, a espiritualidade, o estudo e o ensino da teologia, enfim, sobre todos os aspectos da vida cristã. Postos assim os dados, cabe a cada fiel escolher uma destas duas interpretações ou recepções do Vaticano II. Para a escolha, muitos fatores exercem influência: formação teológica e pastoral, posto ou cargo eclesial, idade, etc. Mas, o fator mais influente é, sem dúvida, o acesso ao Concílio: em que medida o Vaticano II é realmente conhecido, estudado e valorizado?

Creemos que o conhecimento real dos textos e da história do Concílio, bem como e sobretudo das aspirações e sonhos que o animaram, nos levaria a fazer dele a linha mestra de toda a nossa ação pastoral e evangelizadora. Quando há, hoje, muita gente por aí dizendo que nossa Igreja está perdida, nossa diocese não tem linha, nossa paróquia perdeu o rumo, valeria a pena voltar ao Vaticano II e, através dele, voltar às fontes: Jesus de Nazaré, Deus na história humana! Central em todo este processo é a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja! O programa do Concílio de retorno às fontes da fé cristã continua valendo para o nosso tempo. Agora, porém, com novo alcance: retorno às fontes da Igreja dos primeiros séculos, através da história e dos documentos do Concílio Vaticano II.

Por isso, de nossa parte, preferiremos continuar com a primeira recepção. Primeiro porque um Concílio tem mais autoridade que um Sínodo. Segundo, porque a primeira recepção, da Igreja como povo de Deus, é mais fiel aos ideais do Concílio, é mais abrangente que a segunda, mais concreta e prática. Como povo de Deus, a Igreja é, evidentemente, mistério e comunhão. É como povo de Deus que a Igreja se realiza em sua dimensão de mistério. É como povo de Deus que ela realiza sua mais profunda e verdadeira comunhão. É como povo de Deus que a Igreja irá realizar a mudança histórica, a virada que os bispos do Concílio Vaticano II quiseram promover, com vistas a re-situar a relação da Igreja com o mundo, não mais em termos de distância, confronto e condenação, mas como aproximação, diálogo e misericórdia, como era desejo do papa João XXIII, hoje beatificado.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II

Para entender a virada promovida pelo Concílio Vaticano II, sobretudo por suas duas grandes constituições – a *Lumen Gentium*, sobre a identidade da Igreja, e a *Gaudium et Spes*, sobre a presença da Igreja no mundo –, convém situar historicamente este grande evento, que marca hoje a nossa história.

O Concílio Vaticano II foi a primeira ocasião, no longo período de 1500 anos, em que a Igreja parou para refletir sobre si mesma, para se enxergar através dos olhos do mundo. Desde o século IV, quando, por obra de Constantino,



imperador romano, o cristianismo foi assumido como religião oficial do Império, a Igreja havia assumido uma postura conflitiva na sua relação com o mundo. Para efeito didático, estes 1500 anos de relação conflitiva entre Igreja e mundo poderiam ser assim divididos:

- a) Na segunda metade do primeiro milênio, dos anos 400 a 1000, houve supremacia do Império sobre a Igreja, os reis e imperadores interferindo nas coisas eclesásticas, na escolha de bispos, na criação de dioceses, nas decisões de concílios e sínodos, etc., com sérias conseqüências sobre a liberdade da Igreja.
- b) A primeira metade do segundo milênio, dos anos 1000 a 1500, foi caracterizada como a época da cristandade medieval, com a supremacia da Igreja sobre a sociedade, com o Papa interferindo sobre as coisas civis e temporais. Nessa época, aconteceram as duas grandes divisões da Igreja: em 1054, o cisma entre Oriente e Ocidente; no século XVI, a separação das igrejas da Reforma. A imposição da verdade e a preocupação com o poder fizeram com que a Igreja se tornasse protagonista de fatos claramente anti-evangélicos, por ex., a Inquisição, e o genocídio de culturas e povos indígenas.
- c) Na segunda metade do segundo milênio, dos anos 1500 até o Concílio Vaticano II, houve um movimento progressivo de fechamento da Igreja, de distanciamento com relação ao mundo, de oposição entre Igreja e mundo, com a Igreja se afirmando como sociedade perfeita, com leis, estruturas e quadros próprios, em competição ou oposição com o mundo.

Em todo esse tempo, foi intenso e persistente o desejo de reformas. Por trás de toda essa movimentação reformística está a certeza de que a Igreja não pode viver sem o mundo. Ela é, por sua própria constituição, fermento na massa, semente na terra, sal na comida, grão lançado no chão. Fora do mundo, a Igreja se perde, o grão apodrece sem poder germinar. Fora do mundo, a Igreja não tem salvação.

Eis uma breve resenha dos principais anseios de reforma:

- a) No século XI, com o papa Gregório VII, a Igreja, que vivia sob a influência de reis e imperadores, promove grande reforma, em busca da liberdade diante do poder civil, para poder escolher seus papas e bispos, criar suas instituições, etc. Problema foi terem as coisas se invertido: a Igreja, com o fortalecimento do papado, passa a dominar o poder civil.
- b) Os séculos XII e XIII foram marcados pelos movimentos pauperistas ou mendicantes, que queriam uma Igreja mais pobre e simples,



despojada da pompa e do poder. Alguns desses movimentos (franciscanos e dominicanos) foram integrados na estrutura eclesial, enquanto outros (valdenses, cátaros, albigenses) enveredaram pelo caminho da heresia.

- c) Os grandes reformadores do século XVI (Lutero, Calvino, Zwinglio) reagiram ao poder papal, ao materialismo da Igreja romana; pretendiam uma Igreja menos simoniaca, mais bíblica e que se reconhecesse toda inteira como povo sacerdotal;
- d) A resposta proporcionada pelo Concílio de Trento (1545-1563), seja na área da doutrina (relação entre graça divina e liberdade humana, o realismo do pecado original, a sacramentalidade da fé etc.), seja na disciplina (obrigatoriedade de residência para os bispos, o cuidado na formação do clero etc.), foi tímida e fez nascer uma eclesiologia da "sociedade perfeita", visível, jurídica em que a Igreja é comparada com a república de Veneza;
- e) Durante o século XIX, a Escola de Tübingen, na Alemanha, vinha apresentando algumas propostas de reformas, em termos de maior realce à presença do Espírito Santo na vida da Igreja, idéias que foram abortadas pelo Concílio Vaticano I, em 1870, que fortaleceu o primado romano com a definição da infalibilidade papal.
- f) Diversos movimentos (litúrgico, bíblico-catequético, ecumênico, missionário, etc.), o estudo da Patrística, a Ação Católica, a nova teologia, etc., prepararam, no decorrer do século XX, o caminho que daria no Concílio Vaticano II.

É necessário frisar também que o ambiente cultural marcado pelo existencialismo, a experiência dramática das duas Grandes Guerras Mundiais, o surgimento da ONU e o valor sempre crescente atribuído aos Direitos Humanos, também contribuíram para a realização do Concílio Vaticano II, acontecimento de enorme repercussão dentro e fora da Igreja.

Essa corrente reformística, que percorria o subterrâneo da Igreja, produzindo tanto santos quanto hereges, latejava forte demais para continuar sendo reprimida. Por isso, a decisão do papa João XXIII de convocar um Concílio foi acolhida com satisfação, não só pelo povo católico, mas pelos outros cristãos e por todo o mundo. Por isso, o grande número de bispos vindos de todas as partes do mundo tudo fez para marcar posição em termos de garantir uma verdadeira mudança histórica no jeito de ser Igreja. Nesse sentido, rejeitou os documentos que haviam sido preparados pelas comissões preparatórias, vazados ainda no estilo da eclesiologia tridentina, exigindo o debate e a introdução de novos temas, que devessem levar a Igreja a uma nova maneira de se entender e de posicionar diante da história.



A RECEPÇÃO DO VATICANO II

Parece claro que a intenção do Concílio Vaticano II foi a de preparar a Igreja para uma nova era da história. A grande produção bibliográfica surgida nas décadas de 60 e 70 assim o acolheu e compreendeu. Para sustentar esta interpretação, que marcou a primeira recepção do Concílio, podem ser lembrados o discurso inaugural, de João XXIII, o discurso final, de Paulo VI, a consciência da soberania conciliar por parte da maioria dos bispos presentes e o desejo de retornar à tradição do primeiro milênio, quando ainda não existiam as divisões no cristianismo, quando o cristianismo não era vivido como cristandade e instituição, mas como profecia e inserção no mundo.

A partir dos anos 80, porém, especialmente por obra do cardeal Ratzinger, nota-se um esforço de enquadrar o Concílio e inseri-lo nos moldes e parâmetros dos concílios anteriores, sobretudo de Trento e do Vaticano I, tirando, assim, do Vaticano II, sua força revolucionária e seu instigante apelo de retorno às fontes bíblicas e patrísticas. Esta interpretação caracteriza-se por um fechamento da Igreja aos valores do mundo, que passaram a ser vistos com desconfiança, quando não condenados. Assume-se mais a atitude de polêmica e menos a do diálogo, negando-se uma espiritualidade do conflito. Chega-se mesmo a questionar a oportunidade da realização do Concílio em uma década claramente marcada pelo otimismo, muitas vezes ingênuo. Um sem número de diretórios e documentos emanados das Congregações Romanas parece ser uma tentativa de apropriar-se do Concílio, obscurecendo as suas principais riquezas, acentuando-lhe não as grandes idéias, mas incisos colocados precisamente pela minoria conciliar. A imagem da Igreja como povo de Deus é sistematicamente esquecida.

A força que vem ganhando esta segunda interpretação deve ainda ser creditada a dois outros fatores. Primeiro de tudo, insistiu-se demais, irresponsavelmente, que o Concílio tinha apenas caráter pastoral. Isto faz esquecer as muitas reviravoltas por ele intencionalmente operadas no dogma, como no caso da eclesiologia (capítulos 1 e 2 de LG), da sacramentalidade episcopal (LG 21), do colegiado episcopal (LG 23-27), da fisionomia balanceada do governo, a um tempo monárquico e sinodal (LG 22), da facticidade local da Igreja (CD 11), doutrinas estas que viriam mostrar um seguro e sereno desenvolvimento dogmático sobre a identidade da Igreja. Depois, foi uma pena que o Código de Direito Canônico e o Catecismo da Igreja Católica não tenham sido elaborados no imediato pós-concílio. Se tal tivesse acontecido, eles poderiam expressar melhor a intenção daqueles que tinham vivido a experiência conciliar e participado de seus debates.



A VIRADA DA LUMEN GENTIUM

A mudança eclesiológica acionada na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja precisa ser entendida dentro da mudança histórica pretendida pelo Concílio Vaticano II. O novo paradigma da *Lumen Gentium* está na inserção, deliberadamente buscada e trabalhada, da imagem da Igreja como povo de Deus, como comunidade de crentes, raça de sacerdotes, em sua igualdade fundamental, em sua cidadania batismal.

A elaboração do documento central do Concílio Vaticano II foi marcada por momentos polêmicos. De início, foi rejeitado o esquema apresentado pela comissão preparatória, por parecer por demais assemelhado à eclesiologia que vigorava desde o Concílio de Trento, uma eclesiologia feita a partir da instituição e não a partir do chão, uma eclesiologia feita a partir da visibilidade jurídica e não a partir do mistério.

Os bispos do Concílio quiseram que a Igreja manifestasse mais explicitamente seu rosto divino, sua origem trinitária. Foi então elaborado o primeiro capítulo, sobre o mistério da Igreja. Nele são apresentados os seguintes temas: a) as relações da Igreja com cada uma das pessoas divinas; b) a relação da Igreja com o Reino de Deus, do qual ela é apresentada como sinal e instrumento; c) as imagens bíblicas da Igreja; d) a Igreja como Corpo de Cristo; e) a complexidade visível-invisível da Igreja.

É interessante observar que neste primeiro capítulo, em que se busca salientar a origem divina da Igreja, há uma significativa insistência na dimensão histórica da Igreja. O mistério da Igreja nunca é mostrado como algo sobrenatural, distante do mundo, desligado da história, mas sempre em relação íntima com a história. Na lógica da encarnação, a Igreja é uma só realidade complexa, humana e divina, visível e invisível, histórica e mistérica. Chave de leitura para todo este capítulo é a seguinte citação: “(A Igreja) é, por isso, mediante uma não medíocre analogia, comparada ao mistério do Verbo encarnado. Pois como a natureza humana, assumida indissoluvelmente unida a ele, serve ao Verbo divino como órgão vivo de salvação, semelhantemente o organismo social da Igreja serve ao Espírito de Cristo que o vivifica para o aumento do corpo” (LG 8). Vê-se que o mistério é visto dentro e a partir da história. Alguns exemplos que revelam a preocupação dos bispos com a dimensão histórica do mistério da Igreja:

Nos números 2 a 4 de *Lumen Gentium*, a Igreja é apresentada como prefigurada na história do povo de Israel, inaugurada no ministério, na morte e na ressurreição de Jesus de Nazaré, enviada ao mundo pela força do Espírito Santo, sendo por ele hoje e sempre sustentada. Nestes itens, as três pessoas divinas são vistas em sua relação histórica com a vida concreta das pessoas e dos povos.



A relação da Igreja com o Reino (LG 5) tem por fundamento a pregação e o ministério de Jesus de Nazaré. A missão da Igreja deve continuar a missão de Jesus, na caridade, humildade e abnegação, no caminho da cruz.

Até mesmo a imagem de Corpo de Cristo, tão apreciada pela minoria conciliar, não é vista em sua sobrenaturalidade mística, mas em sua inserção histórica. A Igreja é entendida como sacramento e não como sociedade perfeita. Ela é vista como sacramento enquanto e tão-somente está unida a Cristo, sendo este lembrado em sua encarnação histórica. Somos membros do Corpo de Cristo, enquanto “peregrinando ainda na terra, palmilhando em seus vestígios na tribulação e na perseguição, associamo-nos às suas dores como o corpo à Cabeça” (LG 7).

A Igreja deve comunicar Jesus Cristo, perseguido, amigo dos pobres, crucificado. Ela vive entre sombras, manifestando a plena luz (LG 8). Assim como Jesus Cristo foi enviado pelo Pai a evangelizar, também a Igreja tem como razão essencial de sua existência o chamado à salvação do sofredor.

A Igreja é entendida como mistério, não no sentido de fuga da realidade, mas, pelo contrário, como engajamento ainda maior e mais comprometido com a vida do povo. Em outras palavras, só se pode entender o mistério como encarnação de Deus no mundo, sendo a cruz de Jesus a maior prova do amor de Deus e da manifestação do seu poder.

Como se vê, o primeiro capítulo tem um corte profundamente histórico, ainda que seu conteúdo fosse o mistério da Igreja e sua origem divina. Desse modo, percebe-se que o primeiro capítulo prepara e introduz o capítulo central do documento, o capítulo segundo, sobre a Igreja como povo de Deus. Na verdade, a imagem de povo de Deus é que se torna o ponto de partida para o entendimento, a interpretação e a recepção de toda a teologia e eclesiologia conciliar. Povo de Deus foi um tema propositalmente buscado e inserido no documento sobre a eclesiologia. Assim, o capítulo segundo (sobre o povo de Deus) é a luz que serve para ler o primeiro (o mistério da Igreja) e os seguintes, sobre a hierarquia (cap. III), o laicato (cap. IV), a santidade (cap. V), a vida religiosa (cap. VI), a caminhada da Igreja (cap. VII) e a missão de Maria na história da salvação (cap. VIII).

Há em *Lumen Gentium* uma proposta de mudança histórica no modo de se entender e viver a Igreja. Da imagem da Igreja como sociedade perfeita, apreciada desde o Concílio de Trento em sua dimensão jurídica e institucional, passa-se para a imagem da Igreja como povo de Deus inserido na história. Da imagem da Igreja como Corpo de Cristo, entendida mais em sua funcionalidade e organicidade, como se pensava nos anos imediatamente anteriores ao Vaticano II, por obra da encíclica *Mystici Corporis* (1943), de Pio XII, passa-se para a imagem da Igreja como povo de Deus, entendida em sua dialeticidade e



historicidade. Passa-se de uma Igreja entendida em suas categorias funcionais para uma Igreja de categorias dialéticas. Começa-se a compreender a Igreja aberta, ou seja, ainda não pronta, e por isso em continuidade com o povo de Israel e em relação com todos os povos, com as religiões, com as outras igrejas cristãs, uma Igreja peregrina, dinâmica, evolutiva e histórica.

Ao redor da grande temática do povo de Deus são também tratados temas que dele decorrem e são com ele coerentes e conseqüentes: a) a relação da Igreja com o povo de Israel, sua caminhada na história, desde Abraão até hoje (LG 9); b) o sacerdócio comum dos fiéis e seu exercício segundo os três múnus do ensino, da liturgia e da animação pastoral, fortalecendo a idéia da igualdade de todos em Cristo (LG 10 e 11); c) o senso da fé, o consenso dos fiéis, a carismaticidade de toda a Igreja (LG 12); d) a universalidade de todo o povo de Deus, pela qual todas as pessoas e povos, de um modo ou outro, pertencem à Igreja de Cristo (LG 13-16); e) a índole missionária da Igreja, chamada a ser no meio do mundo sinal e instrumento do Reino (LG 17).

A grande mudança histórica da Igreja está, pois, em deixar de considerá-la primariamente como hierarquia (como hierarcolgia, diria Congar), para tratá-la como comunidade de crentes. A realidade originária e globalizante da Igreja é o povo de Deus. O alicerce de todo edifício eclesiológico da *Lumen Gentium* está na condição da igualdade de todos os crentes, ou seja, o ponto de partida é a comunidade de todos os crentes, a igualdade fundamental dos fiéis, a cidadania batismal.

CONCLUSÃO

Como se vê, o núcleo de toda esta mudança histórica passa pela teologia da encarnação. Como o Verbo de Deus se fez carne humana, assim a Igreja de Cristo deve fazer-se história. Em termos práticos, isso significa que devemos deixar cada vez mais clara a presença da Igreja no mundo. Não uma presença preocupada com o triunfo e com o poder que a Igreja possa ter, mas uma presença de profecia e serviço.

É direito das novas gerações o acesso ao Concílio Vaticano II. Jovens que hoje iniciam sua vida na Igreja, como catequistas, seminaristas, vocacionados/as, têm direito de conhecerem a história e os documentos do Concílio Vaticano II.

Em meio ao pluralismo teológico, espiritual e pastoral, que oferece muitas possibilidades de se entender e fazer ação evangelizadora, é urgente que tenhamos algo que nos oriente, uma linha a seguir, uma prioridade a determinar nossos sonhos e ações. Esta linha nos é dada pelo Concílio Vaticano II. Não pode a Igreja de Jesus Cristo, sob pena de perder o sentido e a prática



da comunhão, deixar-se guiar pelo esfacelamento do mundo moderno. O retorno de devocionismos baratos, a subjetividade de muitos agentes, a setorialização da pastoral e outros fenômenos do mundo atual estão aí a encantar muitos de nossos evangelizadores. São graves desvios, nem sempre percebidos e denunciados. A pluralidade de movimentos e de expressões eclesiais pode levar à fragmentação espiritual e pastoral, se não for oferecido à Igreja um caminho. Este caminho é, evidentemente, Cristo, o Jesus da história. João Paulo II iniciou seu pontificado com a encíclica *Redemptor Hominis*, dizendo: o caminho da Igreja é o ser humano, concreto, situado, o homem de nosso tempo.

Em termos práticos, esse caminho se encontra no chão da diocese. O Vaticano II nos colocou diante da Igreja local, nos convocou a amar nossa diocese, o lugar onde acontece a integridade da Igreja de Cristo (CD 11). Pensar em ser seguidor e missionário de Cristo e de sua Igreja, sem engajar-se com o chão eclesial, sem comprometer-se com a caminhada e as prioridades da diocese, é fugir do caminho posto pelo Vaticano II. Em linguagem prática, evidentemente não dogmática, se poderia dizer: fora da diocese não há evangelização; fora da unidade com a caminhada pastoral diocesana está a divisão. O Vaticano II fez da diocese a unidade-mãe de todo planejamento e ação pastoral.

Quem sabe o retorno ao Vaticano II nos ajude a encontrar o caminho da Igreja deste início do novo milênio.

Endereço do autor:

Rua Esteves Júnior, 447

88015-530 FLORIANÓPOLIS, SC

e-mail: vitorfeller@mitra.arquifloripa.com.br



A teologia do Vaticano II fundamenta a natureza da liturgia, e sua importância para a Igreja, a partir da redescoberta do conceito bíblico de mistério. O autor aborda o tema, analisando a definição de liturgia proposta pela Sacrossanctum Concilium: Com razão, pois, a liturgia é tida como o exercício do múnus sacerdotal de Jesus Cristo, no qual, mediante sinais sensíveis, é significada e, de modo peculiar a cada sinal, realizada a santificação do ser humano, e é exercido o culto público integral pelo Corpo Místico de Cristo, Cabeça e membros (SC 7). Num primeiro momento, considera-se o mistério de Cristo e sua celebração pela igreja. Em seguida, focaliza-se a liturgia como atualização cultural da história da salvação e se fazem considerações sobre a sua estrutura simbólica. Por fim, comentam-se alguns desafios atuais.

Liturgia: celebração do mistério de Cristo

*Pe. Valter Mauricio Goedert**

* O Autor é Doutor em Teologia Litúrgica e Professor no ITESC, Florianópolis e no "Studium", Curitiba.